

Brasil paga mais do que deve aos credores e não pega dinheiro novo

Dívida - externa

MARIZETE MUNDIM

O retorno do Brasil à comunidade financeira internacional, viabilizado pelos acordos com o Fundo Monetário Internacional, com o Clube de Paris e com os bancos estrangeiros, ao menos por enquanto, tem sido melhor para os credores. Balanço das operações do governo brasileiro com o Banco Mundial (Bird), por exemplo, demonstra que entre 1991 e 1992 o Brasil pagou US\$ 1,2 bilhão a mais do que os recursos que recebeu no período.

Embora o banco não tenha se negado a aprovar novos financiamentos ao País, a escassez de recursos internos para as contrapartidas em moeda nacional (condição obrigatória para as liberações) tem inviabilizado a obtenção de dinheiro novo para as áreas de infraestrutura. Recentemente, o Bird suspendeu uma operação de US\$ 500 milhões — já autorizada há dois anos para a área de energia — devido à impossibilidade de o governo levantar a contrapartida em moeda nacional.

Durante o período em que o fi-

nanciamento é aprovado e fica disponível para saque, o País, que não consegue viabilizar sua parte no financiamento, tem que pagar uma taxa de administração por esses recursos. Já houve período em que o Brasil gastava mais de US\$ 20 milhões só com o pagamento do serviço de créditos disponíveis que não conseguia resgatar.

A estratégia do Ministério da Economia tem sido a de tentar renegociar esses financiamentos. Para aqueles cuja contrapartida em moeda nacional sabidamente não será conseguida, a decisão é a de desistir da operação de crédito, a fim de evitar o pagamento das taxas de administração.

Transportes — O setor de transportes também tem um crédito disponível no Bird, da ordem de US\$ 310 milhões, dos quais apenas cerca de US\$ 40 milhões puderam ser resgatados pelo governo. Outros US\$ 270 milhões aguardam a contrapartida em moeda nacional para ser liberados. O ministro dos Transportes, Affonso Camargo, esteve recentemente nos Estados Unidos para negociar a liberação do

financiamento.

Descobriu que, além da parte brasileira no financiamento, pesava contra a liberação dos recursos o fato de o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) não ter apresentado os projetos que seriam beneficiados. Tratou então de levar 15 projetos e obteve do ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, o compromisso de que a contrapartida brasileira estava assegurada. Os US\$ 270 milhões, que seriam liberados em oito anos, deverão ser desembolsados em um ano e meio, segundo entendimentos mantidos por Camargo com representantes do Bird.

Diante da escassez de recursos internos para financiar obras essenciais de infra-estrutura e alavancar a retomada do crescimento, o Ministério da Economia pretende considerar prioridade orçamentária, a partir de agora, a contrapartida em moeda nacional para empréstimos internacionais já contratados. A medida evitará o pagamento das taxas administrativas e amenizará a falta de financiamentos para obras inadiáveis.